

4

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal do Idoso – CMI, realizada ao
2 décimo primeiro dia do mês de agosto de 2015, às nove horas, em primeira chamada, e as
3 39h30 em segunda chamada na Casa de Participação Comunitária, situada na Rua Rei
4 Alberto I número 119, no bairro da Ponta Praia, em Santos/SP, com a participação dos
5 Conselheiros para deliberar a seguinte ordem do dia: Item a) Apreciação e deliberação da
6 Ata do mês de Julho de 2015; Item b) Relato de Entidade da Sociedade Civil; Item c)
7 Assuntos da Diretoria; Item d) Deliberação sobre a Minuta da Resolução Normativa que cria
8 a Câmara de Finanças e Orçamento do Conselho Municipal do Idoso Item e) Relatos das
9 Câmaras; Item f) Assuntos Gerais. Item a) Ata de julho aprovada por todos os presentes.
10 Item b) Não houve apresentação de entidade da sociedade civil por motivo de doença da
11 representante da entidade inscrita para o relato; Item c) Assuntos da Diretoria. A presidente
12 Eliza informa que os ofícios relacionados às moções aprovadas na IX Conferência Municipal
13 do Idoso foram encaminhados; informa também que o CMI recebeu da Secretaria de Direito
14 da Cidadania um novo computador; informa ainda, que na Conferência Municipal da Mulher
15 saiu uma moção em apoio a gratuidade do transporte coletivo a idosos a partir de 60 anos;
16 Item d) Deliberação sobre a Minuta da Resolução Normativa que cria a Câmara de Finanças
17 e Orçamento do Conselho Municipal do Idoso. Antes da deliberação da Minuta da Resolução
18 Normativa acima citada, a presidente Eliza apresenta um gráfico comparativo do recurso de
19 IPTU do período de dezembro de 2014 a junho 2015 destinado por pessoa física e jurídica
20 para o Fundo Municipal do Idoso (em anexo) fornecido pelo grupo de assessoria financeira
21 da Secretaria de Direito da Cidadania. Em seguida o conselheiro Edison faz a leitura da
22 Minuta de Resolução Normativa em pauta. Após a leitura vários argumentos foram
23 levantados pelos conselheiros buscando uma redação mais adequada para o Art 3º. Posto
24 em votação 19 conselheiros votaram. Desses, 06 conselheiros votaram em não alterar a
25 redação e 13 conselheiros votaram a seguinte redação: “Nenhum projeto, programa,
26 deliberação ou despesa será apreciada pela plenária sem o prévio parecer da câmara
27 setorial competente, que encaminhará à assembléia onde será discutido e deliberado”. A
28 minuta de resolução foi, então, aprovada. Em seguida o vereador Adilson foi homenageado
29 por ter destinado verba parlamentar para a aquisição de um veículo para o CMI.
30 Agradecendo a homenagem o vereador fala em nome da Comissão Permanente do Idoso da
31 Câmara de Vereadores se colocando a disposição para que os conselheiros tenham os
32 vereadores como parceiros na causa do Idoso de forma a caminharem juntos, Câmara de
33 vereadores e Conselho, garantindo políticas públicas que respondam as necessidades dessa
34 população. Item e) Relato das Câmaras. A conselheira Regina como representante da
35 Câmara de Fiscalização relata uma situação vivenciada em uma fiscalização a uma ILPI de
36 desrespeito aos idosos que residem nessa casa. Segundo a conselheira a ILPI fiscalizada
37 está em reforma. A vigilância sanitária deixou um leque de coisas, e a proprietária disse que
38 não vai conseguir fazer. Como a vigilância sanitária deixa funcionar ?, pergunta a
39 conselheira. Está sem laudo de bombeiro, sem ventilador e causou-lhe estranheza as
40 condições dos 35 idosos em quartos com 5 camas. Foi encaminhado, pela assembléia, o
41 envio do relatório para o promotor. Em seguida a conselheira Regina, diz que fez fiscalização
42 em outras entidades e que as encontrou em boas condições. Uma, inclusive, diz a
43 conselheira, “gostaria até de morar”. Relato da Câmara de Legislação. O conselheiro Edison
44 relata que no dia 16 de julho foi realizada uma reunião da câmara onde foi apresentado um
45 levantamento de toda a legislação em nível federal, estadual e municipal afeta a causa da
46 Pessoa Idosa, em um formato de fácil acesso aos conselheiros para consulta. Em seguida foi
47 apresentada uma proposta de minuta de alteração da resolução normativa nº 31. Dia 04 de

5

1

6

10

48 agosto teve uma reunião extraordinária da Câmara de Legislação para discutir a minuta de
49 resolução da criação da Câmara de Finanças e Orçamento e a minuta de resolução do plano
50 de aplicação do recurso do FMI. O conselheiro Edison justifica a ausência da conselheira
51 Rainisa e do conselheiro Getúlio por problemas de saúde na família. A conselheira Ana da
52 Câmara de Planejamento diz que a reunião dessa câmara foi feita junto com a de Legislação.
53 Item f) – Assuntos Gerais. O Sr Leandro vice presidente do Conselho Municipal da
54 Assistência Social (CMAS) pede a palavra, justificando a ausência da presidente do CMAS
55 para esclarecer afirmações publicadas em uma reportagem no jornal Diário do Litoral que
56 fala sobre a ausência de políticas públicas para o idoso no município. Na reportagem o CMI
57 afirma que não há políticas públicas para idosos em vulnerabilidade social. Sr Leandro afirma
58 que o CMAS tem aprovado projetos desenvolvidos por entidades socioassistenciais que
59 atuam com a pessoa idosa. Afirma que esses projetos não atingem cem por cento dos idosos
60 que necessitam, pois a demanda é grande, mas o CMAS tem acompanhado tanto as
61 políticas quanto os projetos para essa população e que, portanto, há políticas de atendimento
62 a essa população. A reportagem também afirma que não há programas para pessoas que
63 necessitam do Estado para sobreviver, de forma continuada. Sr Leandro afirma que há
64 serviços da SEAS que são de ação continuada como as Repúblicas, a Casa Dia Mãezinha
65 Joana. A reportagem diz que o CREAS tem um pensamento. Sr Leandro diz que o CREAS
66 não tem um pensamento, mas uma metodologia que está tipificada, isto é, há diretrizes a
67 serem seguidas. A reportagem diz também que o CREAS está judicializando os casos. Sr
68 Leandro diz que é necessário entender o que é judicializar e o que é a metodologia do
69 CREAS. Na reportagem diz que o município teria quatro convênios com ILPI's. No intuito de
70 esclarecimento, o município tem três convênios com instituições de Longa Permanência que
71 são: Casa do Sol, Lar Evangélico e Sociedade São Vicente de Paulo. Sendo que as
72 atividades desenvolvidas na Casa do Sol e Lar Evangélico são custeadas a partir de leis
73 específicas aprovadas pela Câmara dos Vereadores. Esses convênios saem do recurso da
74 própria Secretaria de Assistência Social. Portanto a SEAS banca com recursos as vagas da
75 Casa do Sol e do Lar Evangélico. Em relação a Sociedade São Vicente de Paulo o recurso
76 vem do Fundo de Assistência Social, a partir de projeto aprovado no CMAS. O quarto
77 convênio, citado na reportagem, não é convênio, mas uma prestação de serviço. A
78 Secretaria de Assistência Social para atender a demanda de idosos de grau III, que não são
79 idosos vinculados a política de Assistência Social e sim à política de Saúde porque são
80 idosos totalmente dependentes que necessitam de cuidados médicos, de enfermagem,
81 muitas vezes com dieta enteral, realizou um edital e por meio de licitação contratou os
82 serviços da Casa São José que ganhou por conta do pregão eletrônico, prevalecendo o
83 menor preço. Não foi uma escolha da Secretaria de Assistência Social. São 23 vagas que a
84 Assistência Social paga para um usuário que não é da Assistência Social. Isto é, a SEAS
85 paga um serviço que seria da Secretaria de Saúde. Ou seja, isso é política pública para o
86 idoso, também. Outra coisa que está posto na reportagem é a afirmação que existem poucas
87 vagas nas ILPI's. Sr Leandro lembra que há diferença entre Casa de Repouso e ILPI. Esse
88 último se refere a um serviço tipificado, que faz parte da Política de Assistência Social e deve
89 ser inscrito no CMAS. No município de Santos há apenas três ILPI's que estão inscritas no
90 CMAS: Casa do Sol, Lar Evangélico e Sociedade São Vicente de Paulo. As outras
91 instituições não estão inscritas no CMAS porque não são instituições de Longa Permanência.
92 São, Casa de Repouso, Clínicas, Residenciais que tem um outro olhar, uma outra
93 perspectiva que não é a da Assistência Social. Após a fala do Sr Leandro a conselheira
94 Regina questiona a quantidade de convênios e o número de vagas, pois segundo a

11
12

95conselheira a demanda de pessoas idosas com carência é muito grande e as vagas
96oferecidas não dão conta de atender. Sr Leandro afirma que hoje há 75 vagas e passa a
97palavra para Sra Rejane, representante da SEAS. Sra Rejane inicia sua fala dizendo que não
98há orçamento da SEAS para ampliar o atendimento em ILPI's e que, nesse momento só há
99as três entidades, que o Sr Leandro citou, que se caracterizam como entidade de
100atendimento a demanda da Assistência Social. A conselheira Regina questiona, ainda,
101porque não transformar, por exemplo, a Casa Dia em ILPI. Sr Leandro salienta que esse é
102um serviço que também tem demanda no município. E que na Casa Dia, vão os idosos em
103situação de vulnerabilidade social, sem nenhum comprometimento de saúde que o
104impossibilite de participar de um espaço social. Leandro diz que na Conferência de
105Assistência Social realizada no dia 10 de setembro deste ano saiu proposta de ampliação do
106atendimento em ILPI's e que o município tem agora dois anos para ampliar esse
107atendimento, mas que irá precisar de mais recursos para a implantação dessa política.
108Rejane reforça essa dificuldade do orçamento. Leandro lembra que há necessidade de se ter
109clareza de qual é a demanda. O conselheiro Edison questiona como a SEAS recebe o
110dinheiro da seguridade social. Sra Rejane esclarece que o dinheiro da Seguridade Social
111para Assistência é alocado para pagamento do benefício de prestação continuada (BPC)
112para o idoso. O conselheiro Paulo Henrique, coordenador da Política Municipal de Atenção a
113Pessoa Idosa, afirma que o papel da Coordenadoria é articular as políticas de atenção a
114Pessoa Idosa junto com a força da participação dos conselheiros. O conselheiro lembra que
115está chegando o período de discussão do orçamento do município e que esse é o momento
116que os conselheiros precisam estar presentes para pressionar que a Câmara dos
117Veredores aloquem mais recurso financeiro para políticas de atendimento à pessoa idosa.
118O conselheiro Sr João diz que existe política, mas não existe atendimento. E é isso que o
119Conselho quer. O CMI está fazendo a sua parte, que é a de pressionar. Para o Sr João esse
120questionamento que o CMI fez, já está produzindo efeito porque representantes da SEAS
121vieram na assembléia para afirmar que há política de atenção a Pessoa Idosa. Afirma Sr
122João que só pelo fato disso estar acontecendo já é bom, porque esse é o papel do CMI. E se
123o CMI não tivesse falado nada poderia parecer que está tudo bem. E não está, diz Sr João.
124Ele se remete ao relato da conselheira Regina que disse que há uma Casa de Repouso
125aonde os idosos estão tendo que conviver com uma reforma na casa. Desrespeitando a
126condição de saúde dos idosos que lá residem. Ele afirma: Isso é um absurdo! Sra Regina,
127representante da SEAS, pede a palavra para esclarecer que o CREAS tem atendido as
128solicitações dos municípios orientando-os de acordo com os padrões estabelecidos pela
129política de atendimento da Assistência Social. Solicitações de ILPI's são atendidas e
130iniciadas pela análise da situação de vulnerabilidade social e da entrega de atestado médico
131que comprove a condição de saúde da Pessoa Idosa. Sra Rejane, diz que veio nesse
132momento no CMI para esclarecer sobre uma denúncia que tem sido acompanhada pelo
133CREAS com a anuência da SEAS desde julho. Porém como o atendimento não pode ser
134feito no tempo desejado pelos municípios envolvidos foi parar em um jornal desconsiderando
135todo o trabalho que tem sido feito. Segundo a Sra Rejane isso causou estranheza na SEAS,
136pois ela está sempre de portas abertas para atender a todos os municípios. A Conselheira
137Ana, diz que o CMI está desde o começo do ano sem representantes da SEAS. E que isso
138causa um grande desconforto na medida em que o município ao vir procurar o Conselho fica
139ávido para a resolutividade de sua situação. Se não houver uma interação maior entre o CMI
140e as políticas de atenção ao idoso quem sofre é a população. Por isso, diz a conselheira Ana,
141é que essa diretoria desde que chegou está propondo uma reunião com a SEAS e com a

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

ORGÃO DE DEFESA DO IDOSO

142Saúde para construção conjunta de um fluxo sobre as denúncias. Porém, continua a
143conselheira Ana, esse diálogo ainda não foi possível. A conselheira lembra que dia 02 de
144setembro já está marcada uma reunião para que se dê encaminhamento na construção
145desse fluxo pelo menos com a SEAS. O Sr Nicola, da Secretaria de Defesa da Cidadania,
146pede a palavra e inicia dizendo que o diálogo que está colocado nesta reunião está pautado
147em duas palavras: Justo e Injusto. Justo sim pelo fato de que é papel do Conselho buscar
148melhorias nas políticas de atenção ao Idoso, e injusto de dizer que não há política pública
149para o Idoso na cidade de Santos. Injusto com a Secretaria de Cidadania que tem o PH
150batalhando na articulação das políticas do Idoso; injusto com a SEAS que arrolou a serie de
151políticas que desenvolve. E se tivéssemos mais tempo, diz o Sr Nicola, a Saúdealaria das
152políticas que tem desenvolvido para o idoso. Enfim, segundo o Sr Nicola, o que se quer aqui
153é entender as reivindicações do Conselho para que sejam levadas para o governo. Sr Nicola
154afirma que o trabalho do governo é na perspectiva da política pública e não da política de
155governo. Jessica, da SEAS, pede a palavra para sugerir espaço para uma reflexão sobre a
156mudança de atitude quando o Conselho recebe a população. E que o Conselho pudesse
157orientar a população para o acesso à política que melhor respondesse a necessidade do
158município. Em seguida a presidente Sra Eliza pede a palavra para dizer que, reconhecendo o
159papel do CMI, avalia que o texto do jornal poderia ser mais propositivo. Um texto que
160induzisse ao diálogo e não a cisão entre o CMI e as diversas políticas. Afirma que na
161Conferência Municipal do Idoso muitas foram as propostas dos participantes mostrando que
162o espaço de participação popular está alicerçado pela luta por condições cada vez mais
163digna de vida para a Pessoa Idosa. Em seguida a colaboradora Luci fala que o que está
164havendo é falta de comunicação e, que deveria existir informação mais acessível para que
165todos soubessem quais são as políticas de atenção a Pessoa Idosa. O Sr Paulo Henrique
166(PH) diz que a Secretaria de Defesa da Cidadania está confeccionando um folder que
167explicita todas as políticas de atenção a Pessoa Idosa. Além disso já está em andamento a
168minuta que cria o Comitê de Políticas da Pessoa Idosa que farão parte os secretários
169adjuntos, técnicos de cada secretaria, Conselho do Idoso, Promotoria e a representantes da
170sociedade civil organizada. Assim é encerrada a AGO, momento em que a presidente Sra
171Eliza lembra a todos os presentes que na quinta feira próxima tem reunião das câmaras.
172Sem mais nada eu presidente Eliza Montrezol assino esta ata e dou por encerrada a AGO.

173

174Eliza Montrezol

175 Presidente.